

Linguagem e construção de identidades: o caso da língua portuguesa em Timor Leste

Joice Eloi Guimarães¹

Resumo: Neste trabalho apresento uma discussão acerca do processo de construção de uma identidade linguística-cultural vinculada à Língua Portuguesa em Timor Leste. Defendo que tal processo é relacionado ao conceito de Estado-nação e disseminado por meio de enunciados provenientes de vozes da sociedade timorense que são reconhecidas e legitimadas como representantes da palavra de autoridade neste contexto. Para tanto, apresento brevemente a trajetória da Língua Portuguesa em Timor, destacando, nesse percurso, enunciados basilares da história dessa língua no país e relacionando-os ao contexto extraverbal de sua produção (situação social – qualquer uma que organize um enunciado e auditório – presença dos participantes). Na atualidade, recorro a enunciados presentes em documentos voltados à esfera educativa – os currículos produzidos após a escolha do português como língua oficial e de instrução (em 2002), ao lado da língua tétum – especificadamente aqueles orientadores das ações didáticas na área de desenvolvimento linguístico. A partir dessa discussão, proponho uma reflexão acerca de como os sujeitos envolvidos na efetivação dessas orientações, os docentes timorenses, com base em sua formação cultural, reconstroem suas identidades com a Língua Portuguesa nas diferentes posições que assumem em suas práticas discursivas.

Palavras-chave: Timor-Leste, Língua Portuguesa, Identidade, Esfera Educativa.

Introdução

A relação intrínseca linguagem/atividades humanas desenvolve-se em um contexto histórico e social em contínuo movimento, no qual a linguagem está impregnada desde seu interior. Dessa forma, conforme aponta Bakhtin (2011), a natureza da linguagem é social e, é por meio dela que os sujeitos posicionam-se perante discursos, construindo assim, sua

¹ Professora Assistente no Departamento de Estudos Brasileiros da Hankuk University of Foreign Studies, na Coreia do Sul e doutoranda em Linguística Aplicada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: joiceeg@hotmail.com

identidade nas diferentes práticas discursivas de que participam no interior de determinada cultura.

Por meio da trajetória da Língua Portuguesa, doravante LP, em Timor Leste é possível observar, em diferentes esferas da sociedade timorense, essa relação constituinte entre linguagem, história e construção identitária. Língua introduzida pelo colonizador, Portugal, em meados do Século XVI, o português esteve presente neste país até o ano de 1975, quando houve a invasão pela Indonésia e a obrigatoriedade do uso da língua indonésia. Neste período, como parte da estratégia do povo invasor, a LP foi proibida em Timor, o que lhe possibilitou ser tomada, como um dos símbolos de resistência contra a presença indonésia. Por esse e por outros motivos, após a Restauração da Independência da República Democrática de Timor Leste, em 2002, o português passou a figurar como língua oficial e de instrução no país, ao lado da Língua Tétum².

Desde então, o discurso “A Língua Portuguesa é a língua oficial da nossa nação, está no Artigo 13º da Constituição”³ é enunciado pelos timorenses como resposta à indagação sobre a presença dessa língua no país, como me foi possível presenciar durante os dois anos em que vivi em Timor, atuando como professora de Língua Portuguesa e formadora de professores⁴. A valorização e a reprodução do discurso que legitima a presença da LP em Timor Leste me deixaram, desde o início, intrigada. Isso porque, na convivência com os timorenses pude perceber ações, além de discursos outros, que se contrapunham a essa ideia. Em relação à língua propriamente dita, há, ainda, reduzido número de timorenses aptos a utilizá-la, devido ao fato de se configurar, salvo raras exceções, como língua não materna ou, até mesmo, uma língua desconhecida para alguns timorenses.

Tendo em vista esse contexto, busco neste estudo empreender uma reflexão acerca do processo de construção de uma identidade linguística-cultural com a LP em Timor Leste, o qual teve início no período de domínio indonésio (1975-1999), por meio de enunciados vinculados por vozes socialmente reconhecidas na época. Defendo que estes enunciados –

² O tétum é a língua veicular utilizada por grande parte dos timorenses em suas comunicações diárias. É considerada como a língua que entrelaça e permite a interação entre falantes de diferentes línguas maternas. Ou seja, a maioria da população timorense é, no mínimo, bilíngue, falando, além de sua língua materna, o tétum.

³ Afora as situações de interação face a face, também em enunciados escritos produzidos no âmbito de pesquisas sobre a percepção desses sujeitos em relação à presença da Língua Portuguesa em Timor o discurso oficial era trazido como justificativa, como pode ser observado em GUIMARÃES e CAMARGO (2015) e GUIMARÃES (2017).

⁴ De maio de 2014 a abril de 2016, integrei o Programa de Qualificação de Docentes em Língua Portuguesa em Timor Leste (PQLP), sob responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Os três principais eixos de atuação do Programa foram: 1) formação inicial e continuada dos docentes, 2) fomento ao ensino da língua portuguesa e, 3) apoio ao ensino superior.

devido à posição social que ocupavam seus locutores – constituem-se como palavras de autoridade⁵ na sociedade timorense, *status* ratificado com a promulgação da Constituição da República Democrática de Timor Leste, em 2002. Na esfera educativa, entre os documentos que prescrevem as práticas que ocorrem na escola destaque, como exemplo dessa palavra de autoridade, as diretrizes curriculares produzidas com vistas a adequar-se aos desígnios da nova nação. Por fim, proponho uma reflexão acerca de como os docentes timorenses, com base em sua formação cultural, reconstróem suas identidades com o português nas diferentes posições que assumem em suas práticas discursivas.

Para tanto, este trabalho está organizado da seguinte forma: na primeira seção apresento elementos que participaram do projeto de elevação da LP a símbolo da resistência ao domínio indonésio, o que possibilitou a construção de uma identidade linguística-cultural vinculada a essa língua no país. Em seguida, discorro sobre as orientações presentes nos currículos voltados ao 1º e 2º ciclos do ensino básico de Timor a partir da Restauração da Independência e às orientações referentes à área de desenvolvimento linguístico presentes nestes documentos. Após, apresento exemplos de discursos que participam das interações estabelecidas entre os timorenses relacionando-os à formação cultural do “eu” timorense na esfera educativa. Por fim, coloco em diálogo algumas considerações tendo em vista a discussão empreendida.

“Resistir é vencer”: A produção de uma identidade linguística-cultural relacionada à Língua Portuguesa em Timor Leste

Em Timor Leste, historicamente, coexistem diferentes línguas – as línguas autóctones⁶, entre elas a língua tétum, e as línguas inseridas no país via processos colonizatórios e migracionais, como o português, a língua indonésia, o inglês, o chinês, etc. Atualmente, essas línguas, possuem diferentes *status* na paisagem multilíngue timorense, resultado de escolhas que deixam entrever relações de poder que influenciaram sobremaneira

⁵ Utilizo a definição de palavra de autoridade/autoritária cunhada por Bakhtin (2002, p. 143, grifos do autor), “A palavra autoritária exige de nós o reconhecimento e a assimilação, ela se impõe a nós independentemente do grau de sua persuasão interior no que nos diz respeito; [...] É uma palavra *encontrada de antemão*. Não é preciso selecioná-la entre outras equivalentes. Ela ressoa numa alta esfera, e não na esfera do contato familiar. Sua linguagem é uma linguagem especial (por assim dizer, hierática).”

⁶ As línguas autóctones de Timor Leste são reconhecidas pela Constituição timorense como “Línguas Nacionais”. Em relação ao número exato de línguas nacionais presentes no país não há um consenso, entretanto, comumente, autores concordam com um número entre 20 e 30 línguas.

nos destinos do país. A escolha da LP como língua oficial, junto à língua tétum, na Restauração da Independência de Timor Leste⁷, em 2002, por exemplo, foi orientada, em grande medida, pela relação de proximidade construída entre a história, a língua e a cultura portuguesa e a timorense.

De acordo com a pesquisadora timorense Reis (2011, p.51), essa construção foi possível, pois, a cultura de Timor Leste “por não ter bases sólidas absorve com mais facilidade características culturais de seus colonizadores como na dança, na música, na língua, nos nomes próprios, etc.”. Apesar de utilizar em seu argumento os processos interculturais – de diálogos entre culturas, no caso timorense e portuguesa –, a afirmação da autora parece atribuir à cultura timorense uma certa fragilidade. Mesmo reconhecendo que os diálogos que se instauram entre diferentes culturas são assimétricos e influenciados pelas relações de poder que os permeiam, acredito que o pensamento de que exista uma base cultural sólida e, por conseguinte outra “frágil”, esteja relacionado ao entendimento de cultura como algo erudito, institucionalizado e que, por conta desses e outros fatores, torna-se estático e imutável.

Ao contrário, as culturas não são fixas, nem irredutíveis, “são absolutamente permeáveis umas às outras.” (MAHER, 2007, p. 263). Isso não significa que os diálogos interculturais ocorram em uma relação direta de incorporação da cultura do outro. No caso de Timor Leste e Portugal, por exemplo, o processo intercultural se deu/dá tendo no horizonte desse acontecimento a relação colonizador x colonizado – fator que certamente interfere em seu desenvolvimento. Isso não impossibilita que o país colonizado, mais tendencioso a receber a interferência da cultura do colonizador, ressignifique, de acordo com a lógica da sua cultura, a cultura do outro. (MAHER, 2007).

As ressignificações da cultura do outro podem ser orientadas por necessidades e/ou motivações de quem a recebe. Em Timor Leste houve, séculos após o início da colonização portuguesa, um movimento de apropriação e exaltação de um elemento da cultura do colonizador – a língua. Tal movimento eclodiu no contexto de domínio indonésio, marcado pela violência e imposição da língua e cultura do país invasor, e que provocou, na história timorense, uma crise identitária. Nesse período, foram disseminados discursos que visaram (e ainda visam) construir uma identidade linguística-cultural relacionada à LP no país, ao mesmo tempo em que se estabelecia uma relação de diferenciação em relação à Indonésia. De acordo com Silva (2000, p. 81),

⁷ Utiliza-se o termo “Restauração”, pois esse momento histórico refere-se, oficialmente, à Proclamação da Independência de Portugal, em 1975, a qual não foi respeitada pela Indonésia que invadiu militarmente o país, anexando o território como sua 27ª Província – Timor Timur. (FEIJÓ, 2008).

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder.

Na relação de alteridade necessária à construção de identidades, a linguagem desempenha um papel fundamental. Conforme Bakhtin [Volochínov] (2011), a linguagem não é ingênua ou desprovida de intenções ideológicas. Ao contrário, sua natureza é social e sua constituição decorre das interações realizadas pelos seres sociais, sendo ao mesmo tempo constitutiva destes. A materialização verbal dos eventos dialógicos entre os sujeitos é o enunciado concreto – constituído de sentidos que são elaborados pelo que lhe vem do exterior, por meio da palavra do outro. Nesse processo, a compreensão do enunciado está sujeita ao contexto histórico e social em que essas relações ocorrem e vai depender de “quem fala e em que precisas circunstâncias”. (BAKHITN, 2002, p. 141).

Em Timor Leste a ideia de a LP – língua de expressão junto às elites políticas da época que sustentaram o processo de independência (FEIJÓ, 2008) – ser um elemento de resistência à presença indonésia foi propagada pela elite timorense e pelos integrantes dos grupos do movimento de resistência à Indonésia que se utilizavam do português em suas comunicações, pois era uma língua desconhecida pelo inimigo. Assim, enunciados como “Pátria ou morte” e “Resistir é vencer” foram sistematicamente utilizados nesse período em Timor. Havia, portanto, um cenário propício para o início de um processo de construção identitária marcado pela diferença em relação à Indonésia e a afirmação de uma identidade vinculada à LP, o qual adquire sentido por meio de um projeto linguístico em que se destaca a posição social de seus interlocutores.

Apesar de, nesse período, a LP estar restrita a essa parcela da população, que tinha acesso à escolarização, a assimilação dessa língua como símbolo da resistência timorense foi elevada. Bakhtin (2011) aponta que, nas diferentes esferas da atividade humana, estão presentes vozes sociais que atribuem o caráter de verdade aos enunciados que produzem, ou seja, sua palavra representa uma palavra de autoridade na sociedade.

Em cada época, em cada círculo social, em cada micromundo familiar, de amigos e conhecidos, de colegas, em que o homem cresce e vive, sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como as obras de arte, ciência, jornalismo político, nas quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem. Em cada época e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em vestes verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças, etc. Sempre existem essas ou aquelas ideias determinantes dos “senhores do pensamento” de uma época verbalmente expressas, algumas tarefas fundamentais, lemas, etc. (BAKHTIN, 2011, p.294)

Os discursos propagados pela elite de Timor Leste naquele período, como já dito, estavam atrelados a um projeto de reconstrução do Estado-nação timorense. O processo dialógico de construção do Estado-nação passa, necessariamente, pela veiculação de uma ideia de identidade compartilhada, que permita “que o indivíduo [ou um grupo] se localize em um sistema social e seja localizado socialmente” (CUCHE, 2002, p. 177). Essa ideia é relacionada a um discurso que, ao produzir sentidos, como, por exemplo, sobre ‘nação’, os sujeitos passam a se identificar, construindo sua identidade (HALL, 2006). Dessa forma, a identidade nacional é inteiramente dependente da imagem que é feita dela e, nesse processo, a língua atua como elemento central. É por meio dela que são propagados discursos de identificação coletiva (“verdadeiros” ou não) que atuam no sentido de dar à identidade nacional “a liga sentimental e afetiva que lhe garante uma certa estabilidade e fixação, sem as quais ela não teria a mesma e necessária eficácia.” (SILVA, 2000, p. 85),

Nas palavras de Silva (2000, p. 91), “Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade”. Com base nessa premissa, pode-se inferir que a consolidação do processo de construção de uma identidade linguística-cultural relacionada à ideia de Estado-nação timorense ocorreu em 2002, com a promulgação da Constituição da República Democrática de Timor Leste, a qual apregoa em seu Artigo 13: “O tétum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste.” (TIMOR LESTE, 2002, p. 11). Para além de um documento que regula e organiza o funcionamento do Estado, no caso de Timor Leste, a Constituição representa a legitimação de um projeto identitário cuja construção se deu pela ordem do discurso, com seus elementos sociais, históricos e ideológicos.

Atualmente, a construção da identidade linguística-cultural ligada à LP em Timor Leste continua relacionada à palavra de autoridade – é reafirmada em documentos oficiais, *Gláuks: Revista de Letras e Artes – jan./jun. 2018 – Vol 18, Nº 1, ISSN 2318-7131*

como aqueles voltados à esfera educativa. A título de exemplo, recorro às orientações curriculares do ensino básico⁸ de Timor, produzidas após a Restauração da Independência do país. Nestes documentos é possível entrever, na área de desenvolvimento linguístico, tensões no que diz respeito ao ensino das línguas, tensões estas que refletem as relações dialógicas que estão em constante luta pela escolha dos saberes que compõem estes documentos.

As diretrizes curriculares para o ensino linguístico em Timor Leste: identidades em construção

A partir da Restauração da Independência de Timor Leste deu-se início a um novo cenário político no país, no qual o processo de construção e afirmação identitárias foi determinante. Nesse contexto, a opção pelo português como uma das línguas oficiais originou, dentre outras consequências, a urgência de ações que reintroduzissem essa língua no sistema educacional timorense, junto à língua tétum. Nesse processo, ênfase foi dada à produção de currículos que estivessem alinhados aos objetivos educacionais e ao contexto do recente país, afastando-se das ideologias propagadas pela Indonésia na esfera educacional⁹. Em um primeiro momento, foi elaborado um currículo transitório, organizado por professores voluntários. Nesse documento previa-se a inserção gradativa da LP nos ambientes de ensino, que continuavam a utilizar a língua indonésia.

É possível observar, por meio da análise dos documentos que prescrevem as práticas educativas em Timor Leste, mudanças em relação às orientações referentes ao ensino das línguas de instrução – o tétum e o português, o que retrata a trajetória de um país que busca efetivar, na esfera educacional, a política linguística de manutenção e valorização das línguas oficiais e das demais línguas que integram a sua paisagem multilíngue.

Nos primeiros anos como país independente, na área educacional, ênfase foi dada aos níveis iniciais de ensino com a criação do Plano do Currículo Nacional do Ensino Primário¹⁰ (TIMOR LESTE, 2005). Em relação à área de desenvolvimento linguístico, preconiza-se,

⁸ De acordo com a Lei de Bases da Educação de Timor Leste (LEI n.º 14/2008 de 29 de Outubro), o sistema de ensino timorense está organizado da seguinte forma: **Educação Pré-escolar**; **Educação Escolar**: Ensino básico - dividido em: 1º ciclo (1º, 2º, 3º e 4º anos), 2º ciclo (5º e 6º anos) e 3º ciclo (7º, 8º e 9º anos); Ensino secundário (10º, 11º e 12º anos) e Ensino superior; **Educação Extra-Escolar** e **Formação Profissional**. Neste estudo minha atenção recai sobre o 1º e o 2º ciclos do ensino básico.

⁹ É importante destacar que o período de domínio indonésio em Timor Leste é considerado como momento de grande expansão do setor da educação, com aumento no número de escolas e da população de alunos em todos os níveis de ensino. (CARVALHO, 2007).

nesse documento, o ensino bilíngue, em tétum e português, desde o primeiro ano de escolaridade. Entretanto, uma análise mais atenta, inspirada na reflexão de Silva (2005) para quem o currículo carrega, sempre, questões relacionadas à identidade e ao poder, muitas vezes, ocultas em sua constituição, permite observar que predominância é dada à LP em relação ao tétum nesse documento.

Sob o argumento de o tétum ser uma língua predominantemente oral e por seu sistema linguístico estar ainda em processo de desenvolvimento para a escrita¹¹, ao contrário do português, há distintas orientações para essas duas línguas. Por exemplo, o ensino do tétum não é utilizado com um fim em si mesmo, mas como um suporte ao ensino de português, “o Português terá preferência como língua de instrução ou ensino. O Tétum, particularmente, e as demais línguas maternas serão usadas como línguas auxiliares pedagógicas, quando necessários, particularmente nos primeiros anos”. (TIMOR-LESTE, 2005, p. 11). Além disso, o material dirigido aos professores para implementação deste currículo, o Guia dos Professores, apresenta apenas 5 páginas escritas em tétum e a maior parte deste documento está escrito em português, sem tradução para a língua tétum (REIS, 2011), o que ignora a realidade dos professores timorenses que apresentavam (e ainda apresentam) inúmeras dificuldades com a LP¹².

Em 2013 teve início o processo de revisão desse currículo, no qual participaram docentes timorenses e consultores nacionais e internacionais. O novo currículo, denominado Currículo Nacional do Ensino Básico do Primeiro e Segundo Ciclos (TIMOR-LESTE, 2014), apresenta uma proposta de alfabetização e de letramento em tétum seguindo-se a isso para o método de transferência para a LP. Além disso, nos primeiros anos, caso o professor tenha necessidade, pode recorrer às línguas maternas para explicar os conteúdos aos alunos. Conforme consta no Decreto Lei¹³ que aprova este currículo:

¹⁰ O Ensino Primário, nomenclatura herdada do período de domínio indonésio, corresponde, atualmente, ao 1º e 2º ciclos do ensino básico.

¹¹ A padronização de uma norma ortográfica para o tétum teve início após a fundação do Instituto Nacional de Linguística de Timor Leste - INL, em 2001.

¹² No período de domínio indonésio em Timor Leste, com o intuito de constituir uma identidade comum entre o país dominado e o dominador, estabeleceu-se um sistema educacional que propagava a ideologia e a língua indonésias, ao mesmo tempo em que suprimia a cultura timorense. Os vetores de tal propagação foram os professores. O governo indonésio enviou grande número de docentes para atuar em solo timorense e, além disso, deu prioridade à formação de professores no país. (CARVALHO, 2007). Os professores timorenses que obtiveram formação no período anterior à invasão indonésia e, portanto, em LP, no período da ocupação, foram realocados para trabalhar em outros setores da sociedade. (BATOREÓ, 2009).

¹³ Decreto Lei n. 4/2015 - Aprova o Currículo Nacional de base do Primeiro e Segundo ciclos do Ensino Básico. Disponível em: <http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2015/serie_1/SERIE_I_NO_2.pdf> Acesso em 24 de Mar. de 2019.

Até ao presente decreto-lei, não se tinha dado a necessária atenção, dentro do programa curricular, à realidade multilíngue e multicultural de Timor-Leste. Com isto, e com base em resultados positivos de projetos-piloto já implementados, o currículo nacional de base determina um sistema claro de **progressão linguística**, capaz de garantir um sólido conhecimento de ambas as línguas oficiais. (TIMOR-LESTE, 2015, p. 7736, grifos meus).

Neste currículo, as orientações apontam para a convivência e preservação das línguas nacionais, como consta na apresentação do Programa de Literacia do Tétum e do Português: “Este Programa de Literacia reconhece e afirma a diversidade cultural e linguística de Timor-Leste, como tesouro da nação” (TIMOR LESTE, 2014, p. 39). Percebe-se que há, neste documento, uma política linguística de valorização das línguas locais, objetivando-se, assim, a preservação da cultura e da identidade timorense.

Porque Timor-Leste é uma Nação que usa várias línguas (multilíngue), os docentes devem usar duas línguas oficiais (Tétum e Português) e algumas línguas nacionais (línguas maternas) a fim de ajudar os estudantes a aprender o conteúdo de cada componente curricular e consolidar todas as línguas. (TIMOR LESTE, 2014, p. 25).

No atual currículo do 1º e 2º ciclos do ensino básico de Timor, portanto, vê-se a estratégia pedagógica que estimula e cultiva sentimentos positivos em relação à diversidade linguística e cultural timorense – à presença e valorização da convivência harmoniosa dessas línguas no currículo. Este entendimento remete à discussão empreendida por Silva (2005), acerca da presença no currículo das diferentes culturas – multiculturalismo – presentes em determinada sociedade. Integrante das teorias pós-críticas curriculares, o currículo multiculturalista enfatiza questões de identidade e diferença nas relações interculturais, apregoando que, nessas relações, nenhuma cultura pode ser considerada superior à outra.

Assim, com o intuito que o currículo abordasse as formas de representação cultural (não mais apenas das culturas dominantes, mas também das culturas dominadas), surgiram duas perspectivas multiculturalistas: a liberal, ou humanista, e a crítica. A depender da perspectiva adotada, há reflexos na construção do currículo. Na perspectiva liberal, tem-se um

Gláuks: Revista de Letras e Artes – jan./jun. 2018 – Vol 18, Nº 1, ISSN 2318-7131

currículo baseado “nas ideias de tolerância, respeito e convivência harmoniosa entre as culturas. Na perspectiva crítica, entretanto, essas noções deixariam intactas as relações de poder que estão na base da produção da diferença.” (SILVA, 2000, p. 88).

Ao analisar as orientações constantes no atual currículo do 1º e 2º ciclos do ensino básico de Timor, parece que este documento aproxima-se mais de uma perspectiva liberal, pois, não há um questionamento em relação à construção, ou seja, aos processos de diferenciação que produzem a identidade e a diferença. Nesse caso, como resultado, temos “a produção de novas dicotomias, como a do dominante tolerante e do dominado tolerado ou a da identidade hegemônica mas benevolente e da identidade subalterna mas ‘respeitada’”. (SILVA, 2000, p. 98). O que se observa, no Currículo Nacional do Ensino Básico do Primeiro e Segundo Ciclos (TIMOR-LESTE, 2014, p. 39), é o respaldo na palavra de autoridade para a situação posta “O objetivo deste programa é para que todos os estudantes aprendam as línguas oficiais, o Tétum e o Português. Estas línguas foram já identificadas na Constituição da (RDTL/2002) e na Lei de Base da Educação (Lei 2008/14)”, sendo também, o próprio currículo representante desta palavra autoritária, pois, sua constituição está ligada às esferas administrativas e políticas que prescrevem as práticas educativas.

Entretanto, como qualquer enunciado, também o currículo estabelece com seus interlocutores relações dialógicas. Os timorenses, no processo de assimilação da palavra de autoridade não assumem uma posição passiva, e sim ativamente responsiva. Eles respondem dialogicamente às palavras de outrem, conferindo-lhes valorações que são modificadas a depender da situação comunicacional e do interlocutor, modificando (ou revelando) estratégias de identidade.

A formação cultural do “eu” e as estratégias de identidade utilizadas por professores timorenses

Na perspectiva apontada por Hall (1997), as identidades podem ser compreendidas como práticas discursivas que são formadas culturalmente. Assim, a cultura pode existir sem uma consciência de identidade, ao passo que esta é produzida no interior daquela e pode manipular e até modificar uma cultura (CUCHE, 2002). Os conceitos de cultura e de identidade cultural, apesar de distintos, apresentam forte ligação, a qual não pode ser ignorada

quando se olha para a maneira como os sujeitos manipulam suas identidades, a depender de determinada estratégia ou posição. Assim, pode-se afirmar que, conforme Cuche (2002, p. 196), “A identidade conhece variações, presta-se a reformulações e até a manipulações”. Ou seja, a identidade pode ser usada como meio para atingir um objetivo, por meio de estratégias. Esse recurso, conforme procurei demonstrar, não é totalmente livre, está condicionado a fatores como a situação social, a interferência dos outros, as relações de poder, etc.

Tendo como base esse entendimento, recorro à reflexão de Mathews (2002), sobre como os sujeitos compreendem a formação cultural de suas identidades para, a partir daí, pensar nas estratégias de identidade utilizadas pelos professores timorenses em suas práticas discursivas. Mathews (2002) apresenta três níveis de consciência de formação cultural do “eu” que podem ser resumidamente assim colocados: (i) nível de formação; (ii) nível de aceitação e (iii) nível de escolha. A seguir, farei uma breve apresentação de cada um desses níveis utilizando, para exemplificá-los, dados de pesquisas realizadas com docentes de Timor Leste¹⁴. A partir daí, proponho uma reflexão sobre como esses diferentes níveis de formação cultural do “eu” podem estar relacionados às estratégias de identidade utilizadas pelos professores timorenses.

O primeiro nível de formação cultural do “eu” descrito por Mathews (2002), considerado o mais profundo, se refere ao que constitui nossa vivência de sujeitos sociais, sem que precisemos falar sobre. Trata-se do “conjunto de práticas sociais que nos condicionam quanto à maneira pela qual compreendemos o eu e o mundo.” (MATHEWS, 2002, p. 39). No que diz respeito ao contexto timorense, é possível incluir, nesse conjunto de práticas que lhes são dadas de antemão, a multiplicidade linguística presente no país.

Desde seu nascimento, o timorense convive com diferentes línguas – a língua do pai, da mãe, dos avós, da escola, da universidade, do trabalho, etc. Essa multiplicidade linguística forma a base em que ele vive (formação cultural do “eu”), possibilitando-lhe utilizá-la de maneira mais ou menos espontânea, a depender das interações de que participa, ou seja, como estratégia de identidade linguística-cultural. Por exemplo, um timorense que tenha obtido sua formação docente no período da ocupação indonésia em Timor, construiu sua identidade de professor por meio de práticas sociais mediadas pela língua indonésia. Por conta disso, em seu exercício da docência, é comum que recorra a essa língua ou a componentes que vivenciou em suas experiências de formação docente naquele período. Exemplo disso é a realidade de

¹⁴ Nesta seção apresento um conjunto de informações colhidas por meio de pesquisas realizadas com professores timorenses, nas quais utilizei, como instrumento para geração dos dados – enunciados orais e escritos produzidos por esses sujeitos – entrevistas semiestruturadas e questionários.

muitos cursos do ensino superior no país, em que os docentes, grande maioria formada no período indonésio, ministram, ainda, suas aulas nessa língua. (ROSALEN; SOUZA; CANARIN, 2015).

Em relação ao contexto escolar, em pesquisa realizada com professores atuantes na educação pré-escolar e no ensino básico de Timor (1º e 2º ciclos) pude observar que mais da metade dos 34 professores que participaram do estudo obtiveram sua formação docente no período indonésio (GUIMARÃES, 2015). No entanto, ao enunciarem sobre a principal língua de atuação para o ensino da LP, 20 professores disseram utilizar a língua tétum. Ou seja, dentre o leque de opções linguísticas que esses sujeitos possuem, na prática de ensino de português no ensino básico – em que seus interlocutores diretos, os alunos, não vivenciaram sua experiência escolar no período indonésio, os professores recorrem à língua tétum. Assim, a depender da situação interacional e do interlocutor, por possuir em sua formação cultural “opções linguísticas”, nas práticas educativas os docentes timorenses mobilizam-nas constituindo assim facetas de sua identidade linguística-cultural.

O segundo nível de formação cultural do “eu” apontado por Mathews (2002) é por ele denominado de *Shikata ga nai*, uma expressão japonesa que significa “não há como evitar” ou “não há nada que posso fazer a respeito”. Nesse nível estão as ações que, enquanto membros de uma sociedade, temos que fazer por uma obrigação social, estando de acordo ou não com elas. As determinações que as regem são expressas, sobretudo, pelas palavras de autoridade presentes na sociedade – provenientes da esfera política, administrativa, jurídica, religiosa, etc. Nesse caso, podemos pensar como constituinte da formação cultural do “eu” timorense os discursos de autoridade que legitimam, em diferentes documentos, a presença da LP no país. De posse deles os timorenses mobilizam estratégias de identidade – de reafirmação ou de negação desses discursos – que são orientadas, sobretudo, pela situação interacional e pelo interlocutor.

Na esfera educacional, destaca-se a valoração positiva que os timorenses atribuem à LP em seus discursos, mesmo reconhecendo a dificuldade que têm com essa língua. No ambiente acadêmico, por exemplo, há a obrigatoriedade de os estudantes universitários escreverem uma monografia em LP como requisito para a conclusão de alguns cursos¹⁵. Em pesquisa que realizei com acadêmicos do último semestre da Classe de Extensão do curso de Formação de Professores do Ensino Básico¹⁶, e, portanto, na eminência da escrita da monografia em LP, os dados gerados por meio de questionário, mostram que, dos 27

¹⁵ Nos cursos de Licenciatura na Faculdade de Direito e nos departamentos de Formação de Professores do Ensino Básico e de Língua Portuguesa da Faculdade de Educação, Artes e Humanidades (FEAH).

integrantes da pesquisa, 14 apontaram a LP como maior obstáculo para a escrita da monografia. Entretanto, em relação à pergunta: “Se a escrita da monografia pudesse ser em outra língua de sua escolha, que língua você escolheria?”, chamou a atenção que 20 sujeitos optaram pela LP, utilizando como argumentos a presença dessa língua na Constituição do país, por exemplo: “Porque esta língua é a nossa língua oficial que já tinha aprovada na constituição da RDTL no artigo 13” (GUIMARÃES, 2017, p. 93). Ou seja, algo que já está posto, não há como evitar.

Em outro estudo (GUIMARÃES; CAMARGO, 2015), feito com 24 professores do ensino superior que participavam de um curso de instrumentalização em LP e que assumidamente não lecionavam suas aulas nessa língua, ao responderem por escrito à pergunta sobre o fato de Timor Leste, no ano de 2014 – em que o estudo empírico foi realizado –, ter assumido a presidência rotativa da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 23 professores responderam serem favoráveis à posição assumida por Timor. Em suas respostas, recorreram a enunciados legitimados socialmente, como a lei que determina a LP como língua oficial, por exemplo: “o meu opinião sobre Timor-Leste assumir em 2014 a presidência rotativa da CPLP porque Timor-Leste escolha a língua portuguesa para Língua Oficial” (GUIMARÃES; CAMARGO, 2015, p.70).

O terceiro nível, que Mathews (2002, p. 43, grifo meu) denomina de “supermercado cultural” é mais superficial e consciente. Nesse “os eus *sentem* que pegam e escolhem livremente as idéias pelas quais querem viver”. Essa escolha, conforme apontado pelo autor, não é inteiramente livre, e sim condicionada por elementos como a idade, posição social, etc., além da cultura nacional em que se está inserido. A cultura nacional em Timor Leste, como vimos, está estreitamente relacionada à história do país e aos seus desdobramentos decorrentes do processo colonizatório e da relação que os timorenses possuem com essa história. Dessa forma, por exemplo, a “opção” que alguns timorenses fazem em valorizar a LP já está predefinida no leque de opções que eles têm. Apesar de condicionada, essa escolha – em identificar-se com essa língua – participa, também, da formação cultural do “eu” timorense.

Exemplo disso é o embate instaurado na esfera educacional por conta das orientações constantes no atual Currículo do Ensino Básico (TIMOR-LESTE, 2014) no que diz respeito ao ensino linguístico. Essas orientações promoveram, em diferentes esferas da sociedade timorense, opiniões divergentes, sobretudo pela possibilidade de utilização das línguas

¹⁶ A denominada “Classe de Extensão” é composta por turmas cujas aulas presenciais se realizam no período noturno, visando atender professores que já atuam nas escolas de Timor Leste.

maternas no Pré-escolar e nos primeiros anos de escolaridade e pelo ensino efetivo da LP ser remetido para o 3º ciclo do ensino básico. As distintas opiniões podem ser relacionadas à relação que seus interlocutores possuem com a LP. Por exemplo, conforme pesquisa realizada com professores do ensino básico acerca de suas opiniões sobre essas novas diretrizes (GUIMARÃES, 2019), aqueles que se mostraram contrários a essa proposta e defenderam o ensino da LP desde o início da escolarização, são docentes que haviam estudado em período anterior à invasão indonésia, portanto, em português. Já aqueles que responderam afirmativamente às novas orientações, obtiveram sua formação ou no período indonésio ou após a Restauração da Independência timorense e, apresentavam outra perspectiva em relação às demais línguas presentes no país. Nesse caso, a influência de aspectos da cultura portuguesa na formação cultural do “eu” timorense dá lugar à consciência de identidade construída na relação de diferenciação com o outro – Indonésia e/ou Portugal – e de identidade com a cultura timorense.

Assim, a formação cultural do “eu”, nos três níveis propostos por Mathews (2002), pode existir sem que haja, necessariamente, uma consciência de identidade e pode ser substituída, a depender da situação, em prol da manifestação de uma “faceta” de identidade linguística timorense. Ora uma faceta pode ser colocada mais em evidência do que outra. A análise dessa relação e os sentidos que produz precisam ser compreendidos no contexto social, histórico e dialógico em que ocorrem, pois, reúnem em si a historicidade que marca o processo de sua formação.

Considerações finais

A LP conta com uma história de mais de 500 anos em Timor Leste. Durante esse período, sua presença no país alterna momentos de coadjuvância, como nos quatro primeiros séculos, e de exaltação como um dos símbolos do movimento de resistência timorense à presença indonésia no país, entre os anos de 1975 e 1999. No período de domínio indonésio houve a disseminação de discursos que visaram (e ainda visam) construir uma identidade linguística-cultural relacionada à LP em Timor. Após a Restauração da Independência, um dos caminhos traçados para essa construção identitária é observado pela estratégia de uso de

palavras de autoridade – representadas, nesse contexto, pelos documentos oficiais, como a Constituição da República Democrática de Timor Leste e os currículos escolares.

Na esfera educacional, por meio dos enunciados presentes nos currículos, observam-se estratégias de construção de uma identidade linguística-cultural dos timorenses com a LP. No primeiro documento produzido na nova nação, o Plano do Currículo Nacional do Ensino Primário (TIMOR-LESTE, 2005) tal estratégia é facilmente percebida, o que pode ser atribuído, em parte, ao contexto histórico e social de sua produção: a recente Restauração da Independência e a iminência de esforços no intuito de construir uma identidade que se afastasse daquela propagada pela Indonésia durante 24 anos. No documento posterior (e atualmente orientador das práticas do 1º e 2º ciclos do ensino básico), o Currículo Nacional do Ensino Básico do Primeiro e Segundo Ciclos (TIMOR-LESTE, 2014), observa-se uma valorização da cultura timorense, das línguas do país. Esse currículo enfatiza a convivência linguística e a valorização das línguas nacionais. Entretanto, trata da paisagem linguística de forma harmônica, deixando de lado os embates ideológicos e as relações de poder que agem em sua constituição. Afinal, o currículo, como um fenômeno social é marcado pelas implicações ideológicas provenientes das relações que o compõem. Questionar os saberes e informações que esse documento carrega significa compreender que suas manifestações se realizam dialogicamente entre a sua materialidade e seu contexto de acontecimento.

Como procurei demonstrar por meio de resultados de pesquisas realizadas com docentes timorenses, as relações dialógicas que esses sujeitos estabelecem com os enunciados provenientes das palavras de autoridade produzem diferentes facetas da sua identidade linguística. Esta produção está condicionada ao contexto extraverbal, ou seja a situação social, – qualquer uma que organize um enunciado, materialização das interações realizadas entre os sujeitos, e auditório – presença dos participantes, em que determinada prática discursiva se desenvolve (BAKHTIN, 2011).

Assim, a construção de uma identidade linguística-cultural com a LP em Timor Leste é impregnada dos sentidos que se lhes atribuem no momento em tais discursos são enunciados e também no diálogo com a história que os constitui, movimento que marca esses processos de encontro de tempos. A noção de tempo aqui utilizada é a proposta por Bakhtin (2011), para quem os sentidos são sempre ressignificados, a cada enunciação. Nessa perspectiva, não há limites para o contexto dialógico, pois todos os sentidos, como afirma o autor, têm sua festa de renovação.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. M; [VOLOCHÍNOV, Valentín. N.]. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 261-306.

_____. O discurso no romance. In: BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC/ANNABLUME, 2002, p. 71-164.

BATORÉO, Hanna Jakubowicz. A língua Portuguesa em Timor: De que forma deve o ensino de Português adaptar-se às diferentes realidades nacionais? **Estudos Linguísticos**. Lisboa: Universidade de Lisboa, Dez. de 2009, p. 1-9.

CARVALHO, Manuel Belo de. **Formação de Professores em Timor-Leste: contributos para a construção de um modelo de formação inicial e contínua**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Minho. Braga, 2007.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2ª ed. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, Edusc, 2002.

FEIJÓ, Rui Graça. Língua, nome e identidade numa situação de plurilinguismo concorrencial: o caso de Timor-Leste. **Etnográfica**. vol. 12 (1), p. 143-172, Lisboa, Maio de 2008. Disponível em: < http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612008000100008> Acesso em 18 de abril de 2019.

GUIMARÃES, Joice Eloi; CAMARGO, Renata Tironi de. Confronto de vozes: a percepção de professores timorenses sobre questões político-linguísticas. **Atas 1ª Conferência Internacional - A Produção do conhecimento Científico em Timor-Leste**. Díli, 2015, p. 65-71.

GUIMARÃES, Joice Eloi. Olhar dialógico para o ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste. **Revista Advérb!o**. 2015, v.10, n. 20, p. 120-135.

_____. Formação de professores em Timor-Leste: o desafio da escrita em língua portuguesa. In: Congresso Internacional da SIPLE, 2016, Salvador, BA. **Anais do XI CONSIPLE: Congresso Internacional da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira**. Salvador, 2017. v. 1. p. 88-95.

_____. Formação de professores de Língua Portuguesa em Timor Leste: o papel dos materiais de apoio ao professor. In: Congresso Internacional da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira, 2018, Natal, RN. **Anais do Siple** [livro eletrônico]. Londrina: SIPLE, 2019, p. 177-194.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n.2: 15 - 46, Porto Alegre/RS: UFRGS/ FAGED, jul./dez. 1997.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MAHER, T. M. A Educação do Entorno para a Interculturalidade e o Plurilinguismo. In: KLEIMAN, A. B.; Cavalcanti, M. C. (orgs.) **Linguística Aplicada: faces e interfaces**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007, p. 255-270.

MATHEWS, Gordon. Sobre os significados de cultura. In: _____. **Cultura global e identidade individual**. Bauru: EDUSC, 2002, p. 15-70.

REIS, Maria Francisca Soares dos. **A co-oficialidade da Língua Tétum e da Língua Portuguesa: um desafio para a formação de professores de Timor-Leste**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, 2011.

ROSALEN, Elise; SOUZA, Ilda de; CANARIN, Ricardo Teixeira. Língua Portuguesa em Timor-Leste: como se ensina e como se aprende. In: GUEDES, Maria Denise et. al. (orgs.) **Professores sem fronteiras: Pesquisas e práticas pedagógicas em Timor Leste**. Florianópolis: NUP/UFSC, 2015, p. 69-84.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção da identidade e da diferença. In: _____ (Org. e Trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

_____. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TIMOR-LESTE. **Constituição da República Democrática de Timor-Leste**. Díli, Assembleia Constituinte, 2002. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf>. Acesso em 19 de nov. de 2018.

_____. **Plano do Currículo Nacional para a Educação Primária**. Ministério da Educação de Timor Leste, 2005.

_____. **Currículo Nacional do Ensino Básico do Primeiro e Segundo Ciclos**. Ministério da Educação de Timor Leste, 2014.

Language and identity construction: the case of portuguese in east timor

Abstract: In this paper, I discussed the process of construction of a linguistic and cultural identity linked to the Portuguese language in East Timor. I argued that this process evolved from the concept of nation-state and was disseminated by means of utterances from voices of

Gláuks: Revista de Letras e Artes – jan./jun. 2018 – Vol 18, Nº 1, ISSN 2318-7131

Timorese society, recognized and legitimized as representatives of the word of authority in that context. To this end, I briefly described the history of use of the Portuguese language in East Timor. In this description, I focused on the basic utterances made throughout such history and I related them to the extraverbal context of their production (social situation - any one underlying an utterance - and audience, that is, presence of participants). At present, I analyzed utterances made in the educational sphere, namely, in the curricula produced after Portuguese (together with the Tetum language) was defined as the official language and medium of instruction (2002); particularly, the utterances that serve as guiding principles for teaching practices in the field of language development. After this discussion, I addressed the issue of how the subjects that apply these principles, i.e., East Timorese teachers, based on their cultural background, construct their identities using the Portuguese language in the different positions that they take in their discursive practices.

Keywords: East Timor, Portuguese Language, Identity, Educational Sphere.